

Jorge Spencer (coord.), (com Simão Botelho), Alessia Allegri, Frederico Albuquerque, Inês Sousa, Pedro Gaspar, Patrícia Matias, Ana Moreira, Maria Manuela da Fonte, Miguel Silva, Nadir Bonaccorso

EXERCÍCIO 02 [FASE 2]

(Revisão em 26.11.2025
(pontos 6. e 7.)



Conversão de um depósito de vinho em habitação, Basileia, 2023.

ADAPTAÇÃO TIPOLOGICA [em contexto construído]

1. Introdução

Concluída a concepção de uma unidade de alojamento elementar (o protótipo), nos termos estabelecidos na primeira fase deste exercício, desenvolve-se agora a exploração da sua repetição e agregação num contexto concreto, usando processos de “adaptação tipológica”, através da **refuncionalização** de um edifício actualmente ocupado por serviços e comércio.

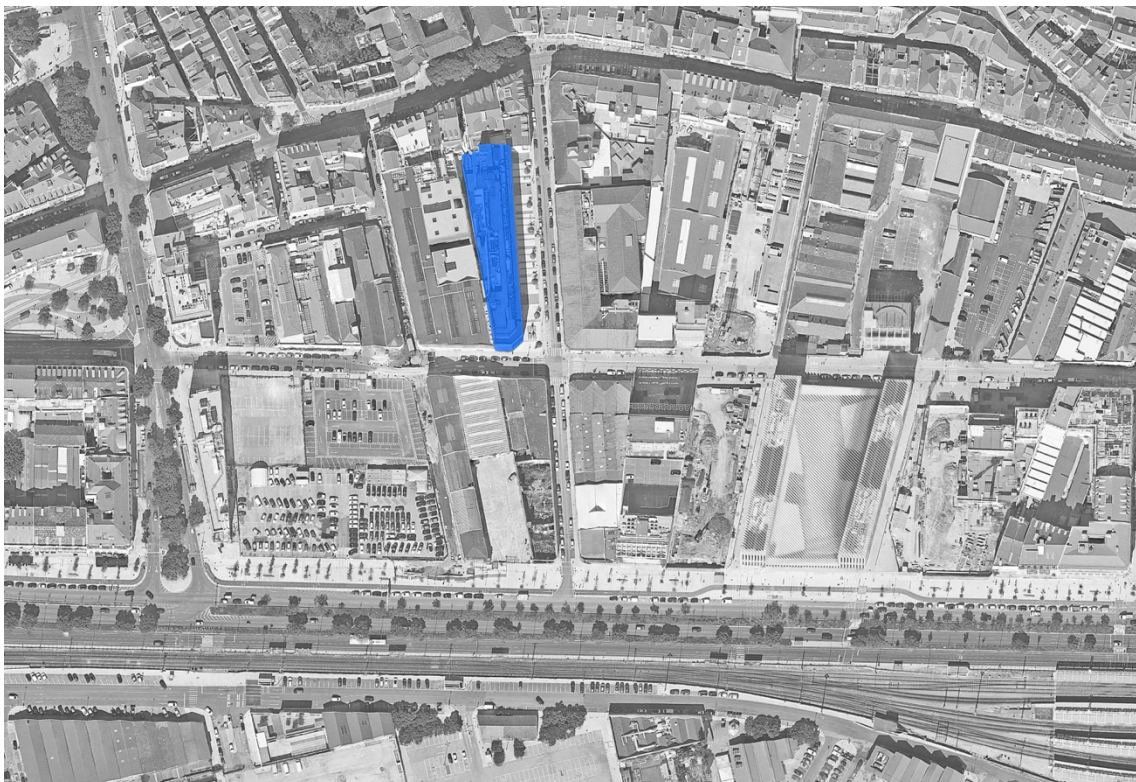
O tema da **refuncionalização** [reúso], sempre presente ao longo de toda a história da Arquitectura, re-adquiriu uma enorme centralidade no debate e na prática contemporânea. Se por um lado, a maioria dos centros urbanos se encontram relativamente consolidados do ponto de vista dos tecidos que os conformam, por outro, as dinâmicas económicas e sociais, acentuadas numa era pós-covid, têm revelado desequilíbrios nos rácios habitação/serviços, fruto da crescente importância do trabalho remoto. Esta questão coloca-se também no quadro de uma desejável implementação de princípios de sustentabilidade, conhecidos que são os impactos ambientais directos e indirectos causados pela indústria da construção, levando a que, no mundo inteiro, se assista cada vez mais ao desenvolvimento de uma **ética de projecto** que começa por questionar a necessidade de demolição de edifícios que se tenham eventualmente tornado obsoletos do ponto de vista programático, mas preservam um conjunto de qualidades arquitectónicas e construtivas que permitem considerar a sua reutilização para outros fins.

É neste quadro que iremos desenvolver **uma especulação académica**, através da qual se projecte uma proposta edificada capaz de sustentar um programa de alojamento para uso de duração média, numa lógica de **co-habitação**, com os necessários espaços complementares de apoio e utilização colectiva, transformando o sítio onde se situa num contributo para o tecido urbano de uma parte da cidade e, por outro lado, operando criticamente sobre uma das problemáticas emergentes da nossa sociedade – o défice de habitação acessível e a necessidade de modelos de habitar mais adaptados à vida contemporânea.

2. Local

Edifício Dom Luís I, na rua do Instituto Industrial, nºs 7 A-G, em Lisboa

O objecto da intervenção, com 10.300 m² de área bruta, implantada num lote de 2.775 m², localiza-se em Lisboa, junto ao cruzamento da rua do Instituto industrial e a Rua Dom Luís I.



(fonte: atelier Fragmentos)

Considerando que se trata de um edifício situado numa área urbana consolidada, o projecto deverá centrar-se exclusivamente nos limites da área privada por ele definida, procurando preservar as continuidades espaciais (públicas e pedonais) do espaço urbano.

3. Programa

“O acto de habitar revela as origens ontológicas da arquitectura, lida com as dimensões primordiais de habitar o espaço e o tempo, ao mesmo tempo em que transforma um espaço sem significado num espaço especial, um lugar...”

Juhani Pallasmaa, 2017

Ao longo das últimas décadas os modelos de família-tipo e o próprio modo de habitar o espaço doméstico têm incorporado transformações mais ou menos profundas que nos levam a questionar modelos tipológicos muito estandardizados e pré-determinados. Por outro lado, as crescentes dificuldades no acesso à habitação – a preços acessíveis – e a constante instabilidade ao nível da situação laboral têm levado a uma crescente procura de novos modelos de partilha de casa. Configuram-se, pois, ambientes domésticos multifacetados e complexos que combinam distintas gerações, culturas, géneros, ritmos e necessidades no mesmo espaço de habitar. O espaço colectivo, enquanto sistema de transição, emerge como dispositivo que potencia uma maior integração social, como lugares de construção de uma comunidade.

3.1. Sobre este sítio, e tomando como unidade de referência tipológica o protótipo anteriormente produzido, deverá ser desenvolvida uma proposta para um conjunto habitacional experimental destinado a uma população activa em modelo de co-living, para períodos de permanência de 1 a 3 anos, **no quadro temático desenvolvido na primeira fase deste projecto.**

3.2. A proposta a desenvolver deverá assegurar a agregação do **maior número possível-unidades habitacionais** para alojamento partilhado. No âmbito desta agregação, a implementação/adaptação dos protótipos originais deverá ser entendida como um ponto de partida para a geração de fogos habitacionais, não se desejando apenas a sua exclusiva reprodução como modelo tipológico. Alguns ajustes deverão ocorrer resultado de adaptações ditadas por circunstâncias próprias do processo de agregação, como, por exemplo, relações interior-exterior, posição em pontos singulares do conjunto, ventilação, orientação solar, limites da área concreta de intervenção, estrutura, entre outros.

3.3. O programa funcional deverá também incorporar comércio e serviços, assim como algumas funções complementares de apoio e uso comunitário, de dimensão colectiva e usufruto preferencial dos moradores do complexo edificado, constituindo assim um sistema de espaços capazes de promover relações de vizinhança e serviço complementar, a saber:

- a) Uma sala polivalente, destinada ao convívio, ou a outras actividades de extensão do próprio espaço da casa com área de 200 m².
- b) Espaços de co-working com área total de 400m².
- c) Espaço(s) de lavandaria que considerem um rácio mínimo de 1 máquina por cada 10 habitantes.
- d) Espaço(s) de cozinha e refeição comunitária, com uma área total de 400m².
- e) Um espaço destinado à administração/manutenção do conjunto edificado com área total de 80m².
- f) Instalações sanitárias de apoio aos espaços colectivos, devidamente dimensionadas e organizadas em função das diversas valências programáticas.
- g) Espaço(s) comerciais e de serviço(s) de cerca de 1400m² (estes espaços deverão manter um carácter genérico - em “tosco” - sem caracterização ou desenvolvimento interior do que possam vir a ser os sub-programas associados a uma futura sub-divisão espacial e comercialização por partes).

3.4. No quadro da **dimensão especulativa** deste exercício académico, no desenvolvimento deste complexo devem ser considerados os seguintes aspectos:

- a) No seu limite, a proposta poderá descartar a totalidade dos elementos construídos, **com a excepção dos elementos estruturais primários, a saber, lajes, pilares, vigas e colunas de acesso.**
- b) Neste contexto, **ficará ao critério de cada proposta** a preservação parcial de elementos da fachada ou a sua substituição integral.
- c) É possível propor demolições pontuais nas lajes existentes, tendo em vista a obtenção de condições adequadas de ventilação e iluminação nos dois pisos do embasamento, ou para a articulação vertical entre fogos duplex.

nota: não são permitidos outros espaços/programas construídos para além do acima estabelecido.

4. Objetivos

Este trabalho possui objetivos distintos, cuja satisfação deve ser demonstrada. Assim, os alunos deverão:

- (Re)conhecer e utilizar diferentes modos de repetição, transformação e agregação como sistemas estruturadores e que conferem unidade, extensão e diversidade;
- Definir um sentido espacial para a nova construção, em face do contexto construído que permanece, **num quadro de racionalização e maximização de recursos**;
- Articular e dimensionar acessos / circulações comuns como estrutura funcional eficaz, estrutura espacial qualificada e de transição (interior-exterior, público-privado, individual-coletivo, doméstico-urbano...);
- Dimensionar e qualificar espaços complementares como lugares comunitários de dimensão cívica, promotores de integração urbana;
- Garantir adequadas condições de habitabilidade (iluminação, ventilação), privacidade e acessibilidade aos protótipos e aos espaços confinantes (caso aplicável);
- Encarar a estrutura de suporte físico também como estrutura de suporte conceptual;
- Operar com regras e lógicas infraestruturais na agregação / repetição de unidades;
- Manipular e organizar os vários elementos constituintes da proposta de forma expressiva e que permita a apreciação do todo como “linguagem”;
- Obter uma síntese qualificada e que transcenda a resolução individual dos desafios de projecto.

5. Critérios de avaliação

Na avaliação da resposta aos objetivos formulados, serão considerados:

- Processo de trabalho (extensão, diversidade, qualidade e critério nas hipóteses colocadas, verificações, alternativas e escolhas de projecto);
- Domínio instrumental (métodos e processos do projecto e da sua simulação/representação);
- Domínio conceptual (entendimento, exploração e síntese dos temas convocados para o exercício, nas aulas práticas e teóricas, devidamente expressos na solução arquitectónica).

6. Elementos a entregar

A conclusão do exercício deverá resultar na produção e entrega dos seguintes elementos mínimos, a organizar em painéis A1 ao alto.

6.1. Peças Desenhadas

- Plantas da proposta (piso térreo, piso(s) tipo e cobertura), cortes (dois no mínimo), ~~incluindo um corte por um núcleo de circulação vertical~~ e alçados - à escala 1:200;
- ~~Planta(s) de dois alojamentos em agregação horizontal, incluindo representação do espaço de distribuição (galeria, escada ou outro) - escala 1:50;~~
- ~~Corte de dois alojamentos, em agregação vertical, incluindo representação do sistema de distribuição/circulação, toque com o solo e toque com o céu - escala 1:50.~~
- **Mapa com as plantas do apartamento base e todas as variantes, na escala 1:100**

6.2. Maquetes

Maquete do conjunto edificado – escalas 1/200.

Maquete do protótipo revisto/desenvolvido nesta 2ª fase. – Escala 1:50 *(se a transformação do protótipo tiver sido muito significativa)*

7. Calendarização

Início: Aula 15 – **27 de Outubro de 2025**

Conclusão: Aula 26 – **10 de Dezembro de 2025**

Apresentação intercalar, para avaliação contínua, na aula: **10 de Dezembro de 2025**.

Entrega digital dos elementos finais: **21 de Dezembro até às 23:59**, (na cloud da FA, em link específico criado para cada turma)

A publicação da 3ª avaliação contínua, referente da fase 02 do exerc. 2 bem como a nota final do semestre, será no dia **7 de Janeiro de 2026**, de acordo com o Calendário Escolar em vigor, aprovado pelo Conselho Pedagógico.

Lisboa, 26 de Novembro de 2025